

Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1^a Idade do Ferro

Ana Margarida Arruda
Investigadora da UNLARQ
Professora da Faculdade de Letras de Lisboa

ESCREVER a propósito da Idade do Ferro do actual Concelho de Tavira não é simples, estando a dificuldade acrescida pela especificidade da temática: *afirmação do poder e estratégias de ocupação do território*.

Se é verdade que, em última análise, os dados arqueológicos devem ser utilizados na construção de modelos históricos que corporizem as acções humanas no espaço e no tempo, o certo é que, quando os dados são escassos, as hipóteses reduzem-se, as construções tornam-se excessivamente frágeis e os modelos são dificilmente contrastáveis.

Sobre a Idade do Ferro do território de Tavira pouco se sabe, havendo apenas alguma informação disponível para a capital do Concelho (MAIA, M., 2000). A Carta Arqueológica da Freguesia do Cachopo, elaborada há pouco tempo pela equipa do campo Arqueológico de Tavira (MAIA, M.; MAIA, M., 2001), é naturalmente de pouca utilidade para a abordagem que aceitei efectuar, uma vez que os poucos sítios da Idade do Ferro cartografados são apenas listados, desconhecendo-se quase tudo a seu respeito, nomeadamente as cronologias e as características, gerais ou específicas, das suas ocupações. As páginas que se seguem reflectem, pois, a escassez de dados que pude manipular e as leituras apresentadas para as realidades apenas pressentidas são de revisão obrigatória a partir do momento em que o número de dados passíveis de análise e interpretação se torne significativo.

Parece, ainda, imprescindível começar por referir que a ocupação sidérica do espaço que hoje integra o concelho só pode ser analisada tendo em atenção uma área e uma realidade muito mais vastas. De

facto, os dados disponíveis permitem pensar que essa ocupação está intimamente relacionada com a deslocação para Ocidente de populações leste mediterrâneas que, no início do 1º milénio a.C., se fixaram na área do Estreito de Gibraltar. Tudo indica que a Idade do Ferro do litoral do Sotavento Algarvio está profundamente enraizada na colonização fenícia ocidental e que a ocupação do território se produz em função da presença, na costa Sul do território actualmente português, de navegadores orientais.

Se a matriz cultural mediterrânea da Idade do Ferro do Sul de Portugal era, desde há muito, conhecida (ARRUDA, A. M., 2002), em Tavira só foi detectada recentemente, quando trabalhos arqueológicos na área urbana puseram a descoberto um conjunto de materiais de inegável filiação oriental.

Estas descobertas permitiram também reabrir o debate sobre a localização da *Balsa* das fontes clássicas. Como se sabe, a sua localização na Quinta da Torre d'Ares reunia um certo consenso, apesar de aí os vestígios romanos serem os únicos conhecidos (VEIGA, S. P. M. E. da, 1910; ARAGÃO, A. C., 1896; HUBNER, E., 1887; VASCONCELLOS, J. L. de, 1917; VIANA, A., 1952; ALARCÃO, J., 1968; SANTOS, M. L. V. A., 1971-72; ENCARNAÇÃO, J. d', 1984; MANTAS, V. G., 1990; NOLEN, J. U. S. *et alli*, 1994), nada se sabendo sobre a sua ocupação pré-romana. De facto, nem as extensas escavações levadas a efeito neste sítio por Estácio da Veiga (VEIGA, S. P. M. E. da, 1910) e Teixeira de Aragão (1896), em finais do século XIX, nem os trabalhos arqueológicos da década de setenta do século XX (infelizmente ainda por publicar), revelaram, que se saiba, nenhuma estrutura ou materiais arqueológicos que possamos datar da Idade do Ferro.

Até há pouco tempo, só o topónimo *Balsa*, que por razões várias se associou às ruínas de Torre d'Ares (IDEM, *ibid.*), parecia indicar uma fundação pré-romana, turdetana, tal como transmitiu Estrabão.

Como já recentemente referi (ARRUDA, A. M., 2000a; 2002), as recentes descobertas na área urbana de Tavira tornam, pois, pertinente voltar à questão da localização da *Balsa* pré-romana, mesmo admitindo que a cidade e o respectivo topónimo se tivessem trasladado, depois do século II a.C., para a Quinta de Torre d'Ares.

Aliás, a localização e topografia de Tavira correspondem, mais que as da Quinta de Torres d'Ares, ao modelo de implantação das cidades litorais pré-romanas do Ocidente. Na margem direita do rio Gilão, a área ocupada durante a Idade do Ferro devia centrar-se na colina de Santa Maria, que desce praticamente até ao rio. Possuía boas condições portuárias, o que facilitava o acesso à cidade por via marítima. Se *Balsa* se localizou neste lugar, teria boas condições naturais de defesa, também reforçadas por uma muralha (MAIA, M., 2000), e podia dominar visualmente um território muito amplo, controlando perfeitamente as chegadas por mar. Os trabalhos arqueológicos em curso na cidade e, sobretudo, a sua desejável publicação integral, trarão certamente mais dados para o esclarecimento desta questão, parecendo, no entanto e desde já, possível admitir a possibilidade de situar o núcleo urbano pré-romano referido nas fontes clássicas na actual capital do concelho.

As recentes descobertas, que colocam Tavira no mapa da influência fenícia no extremo ocidente, juntam-se aos dados que eu própria tive oportunidade de recolher no Castelo de Castro Marim (ARRUDA, A. M., 1986; 1988; 1994; 1995; 1996; 1997a; 1997b; 1999a; 1999b; 2000a; 2000b; 2000c; 2001; 2002; no prelo a; no prelo b), parecendo seguro que ambos sítios representaram um importante papel no comércio que durante a primeira metade do 1º milénio a.C. se estabeleceu entre as colónias fenícias do "Círculo do Estreito" e o litoral atlântico da Península Ibérica, comércio esse arqueologicamente verificável na área de Huelva e nos estuários do Sado, Tejo e Mondego, bem como no litoral algarvio (ARRUDA, A. M., 2002).

O facto de tanto na margem do Gilão como na do Guadiana as ocupações sidéricas se sobreponem a níveis de ocupação datáveis da Idade do Bronze (IDEM, *ibid.*; MAIA, M., 2000) parece indiciar que a população indígena do Algarve representou um importante papel no conjunto de acções que conduziram às actividades dos colonos fenícios.

Insisto que grande parte do espólio recolhido em ambos sítios é revelador dos contactos que, durante a Idade do Ferro, o Algarve litoral manteve com a área mediterrânea e com as colónias fenícias ocidentais, concretamente com Gadir. Com efeito, muitos dos materiais recuperados revelam

características eminentemente orientais, situação atestada pelo menos a partir da segunda metade do século VIII a.C. Estas características poderiam, inclusivamente, sugerir que se está perante sítios fundados por populações exógenas, provenientes do Próximo Oriente, hipótese que, no entanto, não parece poder ser formulada pelo facto de se saber que, no momento dos primeiros contactos com essas populações, os sítios estavam já ocupados, como ficou comprovado pelos níveis da Idade do Bronze Final atestados. No entanto, parece óbvio que as trocas comerciais com as populações com origem no Mediterrâneo foram intensas e prolongadas e não é improvável que um segmento da população que, a partir dos inícios do 1º milénio a .C., habitou em *Baesuris* e *Balsa* fosse estranha à região.

Curiosamente, os elementos que os trabalhos arqueológicos permitiram recolher sobre a Idade do Ferro algarvia fornecem um conteúdo específico dos comentários e análises que os geógrafos puderam produzir sobre a mesma região. Recordo que Suzanne Daveau chamou ao Algarve "Ribeira mediterrânea no litoral atlântico" (DAVEAU, S., 1995: 120), e que Orlando Ribeiro o incluiu na vasta região que designou "Portugal Mediterrâneo", tendo o professor de Lisboa lembrado que este constituiu sempre, sobretudo o Litoral e o Barrocal, a mais mediterrânea das áreas incluídas neste amplo espaço, tendo-o denominado, com certa propriedade, a "última *riviera* mediterrânea". Foi ainda o geógrafo português que insistiu na unidade que o litoral algarvio, a Andaluzia e o Norte de África a Ocidente do estreito de Gibraltar configuravam, chamando-lhe "pré-mediterrâneo".

Também Fernand Braudel não ignorou que, desde sempre, existiu "...um Mediterrâneo maior, que rodeia e envolve o Mediterrâneo *stricto sensu*, e que lhe serve de caixa de ressonância" (BRAUDEL, F., 1987: 56), podendo admitir-se, com base nos dados arqueológicos e nas análises geográficas efectuadas e anteriormente citadas, que o Algarve tenha sido, e seja ainda hoje, uma dessas caixas de ressonância.

Como há pouco tempo tive oportunidade de escrever (ARRUDA, A. M., 2002), os dados arqueológicos confirmam também que, durante a Idade do Ferro, o Algarve compartilhou com a Andaluzia ocidental um conjunto muito significativo de tipologias e funcionalidades, de implantações e também de artefactos, centros exportadores, hábitos de consumo e actividades económicas. Esta participação evidencia um único esquema cultural e um único cenário social, e parece assim poder defender-se que o Algarve litoral se constituiu como um prolongamento do território a Oriente do Guadiana.

Recordar, neste contexto, que Estrabão descreveu em bloco toda a região "...entre o Cabo Sagrado e as Colunas." (III, 2, 4) parece indispensável, mesmo sabendo que o geógrafo grego indicou, em passo anterior, que a Turdetânia estava "...limitada a Ocidente e a Norte pelo curso do Anas" (III, 2, 1).

Para além do povoamento orientalizante detectado no litoral do Algarve Oriental, de que Tavira e Castro Marim são ainda os únicos testemunhos, há elementos que permitem avaliar uma progressiva inclusão de outras regiões algarvias numa *koiné* mediterrânea vinculada a *Gadir*. Se tudo indica que, num primeiro momento, apenas estes dois sítios são tocados por um evidente orientalismo, o certo é que parece seguro que, a partir dos meados do 1º milénio a.C., muitos outros povoados participam numa rota comercial que a primeira colónia fenícia do Ocidente definiu e controlou.

Os resultados obtidos nas escavações de Faro (GAMITO, T., 1994), Monte Molião, Cerro da Rocha Branca (GOMES, M. V., 1993), Vila Velha de Alvor (GAMITO, T., 1997) apontam nesse sentido. Apesar de, para a maioria dos casos, os dados publicados serem ainda escassos, o certo é que parece que a ocupação destes últimos sítios se inicia apenas na segunda metade do 1º milénio a .C., ainda que a cultura material neles recuperada possa ainda ser associada à região gaditana.

Os escassos dados da carta arqueológica da freguesia do Cachopo (concelho de Tavira) indicam também que é igualmente nesta fase tardia da Idade do Ferro que a ocupação da Serra e do Barrocal sofre o impacto da influência mediterrânea, a avaliar pela presença, naquela freguesia serrana, de ânforas que os autores do referido trabalho chamaram "púnicas" (MAIA, M.; MAIA, M., 2001). Sem que outra informação seja indicada, e sem que um qualquer desenho permita uma integração tipológica ou mesmo cronológica, torna-se difícil entender qual o real conteúdo do conceito "púnico" utilizado. No entanto, e mesmo sabendo do considerável risco que corro, atrevo-me a colocar a hipótese de se tratar de ânforas genericamente designadas de *Mañá Pascual A4*, integradas nas séries

11 e 12 de Juan Ramón Torres (1995), que, como é sabido, foram abundantemente produzidas nos centros produtores da baía gaditana, entre o início do século V e os finais do século III a.C.

Os trabalhos arqueológicos realizados na Serra do Caldeirão apontam ainda neste sentido, estando a ocupação da Idade do Ferro documentada apenas para cronologias localizadas a partir do século V a.C. (CATARINO, H., 1997-98).

Se os dados sobre os lugares de *habitat* sidéricos do litoral do Sotavento algarvio são ainda escassos (a excepção parece ser justamente o Castelo de Castro Marim, sobre o qual existem já publicados numerosos textos), no que se refere às práticas e rituais funerários a situação é confrangedora. De facto, as necrópoles de Tavira e de Castro Marim não foram ainda encontradas e a informação que existe sobre outras situações é de utilidade duvidosa em qualquer análise.

De facto, a descoberta da estela epigrafada recolhida por Victor S. Gonçalves no Cerro do Castelo da Fuzeta – Tavira (BEIRÃO, C. M., 1986; CORREIA, V. H., 1996) não conduziu à definitiva identificação da necrópole respectiva, podendo apenas dizer-se que esta estela integra o grupo algarvio da escrita do Sudoeste que, como se sabe, se distingue do que foi reconhecido no baixo Alentejo pelo barroquismo na utilização dos signos e na grande variabilidade de fórmulas utilizadas (CORREIA, V., 1997: 274). Muitas outras estelas com escrita do Sudoeste foram ainda encontradas na região algarvia, sempre na Serra e no Barrocal (BEIRÃO, C. M., 1986; CORREIA, V., 1996), mas as que claramente se associam a espaços funerários são raras e confinam-se ao Barlavento. Neste caso, deve dizer-se que, apesar do escasso mobiliário encontrado nas escavações de Fonte Velha de Bensafrim se enquadrar numa matriz cultural mediterrânea (contas de colar de pasta vítrea oculadas), a arquitectura funerária (necrópoles de cistas) apresenta características eminentemente indígenas (ARRUDA, A. M., 2000).

Mais problemático é abordar a estrutura política e o cenário social em que se movimentaram as populações que habitavam o Algarve durante a Idade do Ferro.

Em texto recente (ARRUDA, A. M., 2002), chamei a atenção para o facto de, e ao contrário do que sucede no Centro e Norte da Península Ibérica, o Algarve não ter sido merecedor, por parte dos autores clássicos, de uma atenção que lhes suscitasse uma descrição pormenorizada. Tanto Heródoto como Avieno afirmaram que o Algarve estava habitado pelos Cinetes, aparentemente um povo autóctone, a que os autores mais tardios chamaram Cónios. É preciso recordar que algumas cidades pré-romanas do Algarve, como *Ossonoba* e *Balsa*, foram consideradas também pelos autores clássicos como turdetanas e que, por vezes, os celtas se localizam nesta mesma região. Não é fácil, e sem dúvida não é relevante, tentar compreender estas aparentes discordâncias dos escritores greco-latinos.

Não sendo possível, através dos textos, deduzir que sistema social e político se desenvolveu no Algarve durante a Idade do Ferro, deve insistir-se no facto de a informação proporcionada pela Arqueologia tão pouco permitir grandes extrapolações sobre esta questão.

O que, sim, é possível afirmar é que parece existir uma certa unidade entre os núcleos urbanos sidéricos. Esta unidade fundamenta-se não só nos conjuntos artefactuais recuperados, mas também nas estratégias de povoamento.

Na costa algarvia, desenvolveu-se durante a Idade do Ferro uma tipologia de povoamento muito concreta, materializada por povoados localizados na orla costeira, quase sempre junto a vias de comunicação fluvial, situados em pequenas elevações, que dominam visualmente amplos territórios. Estas condições de localização e implantação permitem controlar as chegadas por via marítima e possibilitam o acesso às regiões interiores.

Em Castro Marim e Tavira, primeiro, e nos restantes, depois, são visíveis relações de tipo comercial com a área tartéssica e com o mundo fenício ocidental. As importações de produtos manufacturados e alimentares, estes últimos envasados em ânforas, devem ter sido efectuadas em perfeita conjugação com a região andaluza, tais são as semelhanças entre os conjuntos artefactuais encontrados em ambos lados do Guadiana.

A localização específica dos povoados indica que a fundação de estes centros urbanos esteve profundamente conectada com a actividade comercial a longa distância e inter-regional, sendo importante não perder de vista que este tipo de actividade dá projecção às matérias-primas

comercializáveis, o que implica também a sua transformação industrial. Tanto o comércio como a transformação das matérias-primas que justificavam esse comércio não parecem compatíveis com sociedades de tipo tribal, segmentárias ou igualitárias, já que a mais valia obtida na produção não beneficiava os elementos que directamente participavam no processo produtivo, mas sim os que controlavam a actividade económica.

"Así, parece posible defender que en el Algarve litoral se desarrolló, durante la Edad del Hierro, una sociedad oligárquica, donde el grupo que constituye la elite dominante controla no sólo las actividades industriales, sino también el proceso comercial." (ARRUDA, A. M., 2002).

Parece-me, portanto, muito provável ter sido o incremento da actividade industrial e comercial decorrente da presença de comerciantes navegadores fenícios na costa algarvia a partir do século VIII a.C. que contribuiu decisivamente para um cada vez maior enriquecimento e poder das elites dominantes e, conseqüentemente, à progressiva complexidade e hierarquização social.

Optar entre um sistema de chefaturas e outro, de tipo aristocrático, parece, neste contexto, completamente impossível, já que não existem dados que clarifiquem a existência ou não de propriedade privada ou da forma como seria exercido o poder religioso e político, características que, afinal, distinguem antropologicamente as chefaturas dos sistemas sociais de tipo aristocrático. Contudo, parece óbvio que o cenário social do "horizonte orientalizante" da 1ª Idade do Ferro acabou por ser substituído, de forma ainda não completamente esclarecida, por uma organização de tipo oligárquico e que essa substituição se produz com o progressivo desenvolvimento da actividade comercial. Como já referi, foi essa actividade que, ao contribuir para o enriquecimento das elites ("chefes" ou "aristocratas"), gerou a poderosa oligarquia que, a partir do século V a.C., controlou política e economicamente os centros urbanos do litoral do Algarve.

Não é possível saber o tipo de relações existentes, durante a 1ª Idade do Ferro, entre Castro Marim e Tavira, nem mesmo as que se estabeleceram na segunda metade do 1º milénio a.C. entre estes e os restantes, concretamente *Ossonoba*, *Ipses* e Monte Molião. O pouco que se investigou não permite saber se algum deles foi efectivamente mais importante que os restantes, apesar de parecer que as semelhanças são em maior número do que as diferenças.

Tendo em consideração os elementos disponíveis, parece pertinente pensar que os núcleos urbanos da Idade do Ferro funcionaram com uma significativa autonomia político-administrativa, controlando as suas próprias actividades económicas, concretamente o comércio. Abastecidos de produtos exógenos pelos mesmos agentes comerciais, cada um teria o seu próprio território de exploração territorial e comercial, o que não significa que não estivessem em contacto.

De acordo com a hipótese formulada há poucos anos para o mundo ibérico e turdetano (ARTEAGA, O., 1997: 106), os núcleos urbanos da Idade do Ferro do Algarve podem também ser entendidos como entidades vinculadoras de cidadania, ou seja «...como normalizadoras de unos "derechos" acatados como "proprios", frente a los que se consideraban ajenos» (IDEM, *ibid.*).

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1968) – "Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve". in: *Conímbriga*. Coimbra. n.º 7. pp. 7-40.
- ARAGÃO, A. C. (1896) – "Antiguidades romanas de Balsa". in: *Archeologo Português*. Lisboa, 1ª série, n.º 2. pp. 50-75.
- ARRUDA, A. M. (1986) – "Castro Marim na Idade do Ferro". in: *Actas do 4º Congresso sobre o Algarve*. Montechoro, Rocal Clube, vol. I. pp. 33-38.
- ARRUDA, A. M. (1988) – "Nota acerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim". in: *Actas do 5º Congresso sobre o Algarve*. Montechoro, Rocal Clube, vol. I.
- ARRUDA, A. M. (1994) – "O corço, a kylix e Dionysos: Uma breve nota sobre cerâmica e símbolos". in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 5ª Série, n.º 15. pp. 17-22.
- ARRUDA, A. M. (1995) – "Panorama das importações áticas em Portugal". in: *Huelva Arqueológica* (Actas do Simpósio: Iberos y Griegos: Lecturas desde la diversidad. Ampúrias, 1991). Huelva, Diputación Provincial de Huelva, 13, 1. pp. 129-154.
- ARRUDA, A. M. (1996) – "O Castelo de Castro Marim". in: *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 95-100.
- ARRUDA, A. M. (1997a) – "Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve". in: *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa, Ministério da Cultura/IPPAR, pp. 243-255.
- ARRUDA, A. M. (1997b) – *A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim*. Lisboa, Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999a) – "O Algarve no quadro geocultural do Mediterrâneo Antigo". in: *Algarve – Da antiguidade aos nossos dias*. Lisboa, Colibri, pp. 21-22.
- ARRUDA, A. M. (1999b) – "O Algarve nos séculos V e IV a.C.". in: *O Algarve – Da antiguidade aos nossos dias*. Lisboa, Colibri, pp. 23-31.
- ARRUDA, A. M. (2000a) – "Tartessos y el territorio actual de Portugal". in: *Argantónio Rey de Tartessos*, Sevilla, Fundación El Monte, pp. 165-177.
- ARRUDA, A. M. (2000b) – "As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio Ocidental dos séculos V a III a.C.". in: *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz, Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 727-735.
- ARRUDA, A. M. (2000c) – "Práticas e rituais no Sul de Portugal durante a Proto-História". in: *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, ADECAP, Volume V, pp. 101-108.
- ARRUDA, A. M. (2001) – "Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado". in: *Os Púnicos no Extremo Ocidente* (Actas do colóquio Internacional – Outubro de 2000). Lisboa, Universidade Aberta, pp. 69-98.
- ARRUDA, A. M. (2002) – *Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona, Cuadernos de Estudios Mediterráneos.
- ARRUDA, A. M. (no prelo a) – "Ânforas R1 em Portugal". in: *Actas do V Congreso Internazionale di Studi Fenici i Punici*. Palermo/Marsala.
- ARRUDA, A. M. (no prelo b) – "Arqueologia fenícia na Península Ibérica (1995-2000)". in: *Actas do V Congreso Internazionale di Studi Fenici i Punici*. Palermo/Marsala, (Em colab. com Maria Eugénia Aubet e Alfredo Gonzalez Prats).
- ARTEAGA, O. (1997) – "Socioeconomia y sociopolítica del iberismo en la alta Andalucía". in: *Huelva Arqueológica*, n.º 14, pp. 93-136.
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal – 1er Age du Fer*. Paris, Diffusion de Boccard.
- BRAUDEL, F. (1987) – *O Mediterrâneo*. Lisboa, Teorema.
- CATARINO, H. (1997-98) – *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica – Povoamento rural e recintos fortificados*, AL-'Ulyā (Revista do arquivo histórico municipal de Loulé), Loulé, Câmara Municipal, 6, 3 volumes.
- CORREIA, V. H. (1996) – *A epigrafia da Idade do Ferro no sul de Portugal*. Porto, Ethnos.
- CORREIA, V. (1997) – "As necrópoles algarvias da Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste". in: *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, IPPAR, pp. 265-279.
- DAVEAU, S. (1995) – *Portugal geográfico*. Lisboa, Sá da Costa.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.
- GAMITO, T. (1994) – "Polícia Judiciária". in: *Informação Arqueológica* 9, pp. 115-117.
- GAMITO, T. (1997) – "Ipsos (Vila Velha, Alvor)". in: *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa, IPPAR, pp. 257-264.
- GOMES, M. V. (1993) – "O estabelecimento fenicio-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)". in: *Estudos Orientais 4* (Actas do encontro: Os fenícios no território português), Lisboa, pp. 73-107.
- HÜBNER, E. (1887) – "Monumentos de Balsa". in: *Revista Archaeologica e Histórica*, n.º 1, pp. 33-38.
- MAIA, M. (2000) – "Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C.". in: *Fenícios y territorio* (Actas do II Seminário Internacional sobre temas fenícios). Alicante, Instituto Alicantino de Cultura "Juan Gil-Albert", pp. 121-150.
- MAIA, M.; MAIA, M. (2001) – *Carta arqueológica da Freguesia do Cachopo*. Tavira, Campo Arqueológico.
- MANTAS, V. G. (1990) – "As cidades marítimas da Lusitânia". in: *Les villes de Lusitanie romaine*. Bordéus, CNRS, pp. 149-205.
- NOLEN, J. U. Smith et alli (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares*. Lisboa, Ministério da Cultura/IPM.
- RAMÓN TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental*. Barcelona, Universitat.
- SANTOS, M. L. V. A. (1971-72) – *Arqueologia romana do Algarve*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1971-72.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1917) – "Acquisições do Museu Ethnológico Português". in: *Archeologo Português*, Lisboa, 1ª série, n.º 22.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – "Antiguidades monumentais do Algarve". in: *Archeologo Português*, Lisboa, 1ª Série, n.º 15, pp. 209-233.
- VIANA, A. (1952) – "Balsa y la necrópolis romana de as pedras de el rei". in: *Archivo Español de Arqueología*. Madrid, n.º 25, pp. 261-285.